

ASCETISMO E CAPITALISMO EM WEBER (1904/05): QUANDO A RELIGIÃO ESTÁ A SERVIÇO DO CAPITAL

DAVI AMANCIO DE SOUZA

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

ARLETE RAMOS DOS SANTOS

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

RESUMO

O texto que o leitor tem em mãos embora simples é relevante, por se tratar de um convite para a reflexão sobre o capítulo de uma obra que atravessou a virada do milênio e se mostra atual, a despeito do tempo decorrido desde a sua escrita. Nesse sentido vale destacar que o sociólogo em questão foi audacioso por encarar o desafio de criticar a fé puritana que estava em franca expansão na Europa do século XX. Com base no capítulo V desse clássico da sociologia contemporânea, a ética protestante e o espírito do capitalismo apresento esse artigo onde faço um deslocamento do contexto religioso daquela época para os nossos dias por encontrar semelhanças suficientes para estabelecer essa relação. Tais como, o bem estar financeiro como sinônimo da graça divina, atrelado a uma nova forma de encarar a fé cristã, onde a pobreza já não era bem-vinda. Para além disso, o conceito de vocação para o trabalho usado pelos ascetas para legitimar o enriquecimento do empreendedor burguês e assim ocultar o espírito do capitalismo, desvelado pelo autor nessa obra. A seguir com base no método compreensivo usado pelo autor para entender esse fenômeno, discutir também o conceito de vocação partindo do fragmento do discurso de uma professora da rede pública em Vitória da Conquista, com vistas a analisar o mesmo conceito sendo usado no contexto brasileiro como critério para a escolha de uma profissão, e para qual realidade isso aponta. Inferimos que, assim como no contexto europeu a religião era usada como massa de manobra para a expropriação do trabalho, no contexto brasileiro é possível encontrar traços semelhantes.

1708

Palavra-chave: Capitalismo. Religião. Trabalho. Vocação

SOBRE A OBRA E O SEU CONTEXTO HISTÓRICO

O capital é o Deus que todos conhecem, veem, tocam, cheiram, saboreiam; ele existe para todos os nossos sentidos, Ele é o único Deus que ainda não encontrou um ateu (LAFARGUE ,1996, p. 08).

Publicada em 1904, a obra: A ética protestante e o "espírito" do capitalismo, se constitui em um tratado sobre religião e sociedade, bem como o capitalismo encontrou na religião um terreno fértil para florescer no contexto europeu. Para isso se valendo de elementos da fé cristã, o espírito do capitalismo se proliferava no contexto europeu, contando com a chancela valiosa de uma religião protestante que surgia e que foram denominados de puritanos, devido a apologia que faziam a pureza sexual e a uma vida pautada na austeridade moral.

O puritanismo era uma concepção da fé cristã desenvolvida na Inglaterra por uma comunidade de protestantes radicais, que surgiu no período pós reforma no século XVI. Nesse sentido, os puritanos eram caracterizados por uma intensa rigidez moral, se contrapondo assim a igreja católica medieval: “Esse movimento religioso chamado de puritanismo defende a eliminação de todo o resto do catolicismo romano da liturgia eclesial e se fundamenta sobre uma grande rigidez de valores morais” (OLIVEIRA, 2016, p. 19). Ao revisitar a história, vamos encontrar o puritanismo se consolidando em 1630, quando John Winthrop, liderou o primeiro grande grupo de puritanos até a baía de Massachusetts e, em 1636, foi fundado o Harvard College, a principio, com a intenção de preparar estudantes de teologia.

1709

Dentre seus expoentes mais importantes estão, John Knok, e Gean Calvin, que viria a ser conhecido posteriormente como, João Calvino. Era o início de um movimento religioso com um viés político que deixaria suas marcas na Europa nos séculos posteriores, e ao chegar no Brasil em 1855 através do missionário Robert Reid Kailley, vindo da Escócia, fundou assim as bases da Igreja Puritana no Brasil-IPB.

Entretanto, embora com padrões morais elevados, esse movimento religioso não operava mais nos moldes daquela religião fundada por Jesus, com seus valores pautados no amor, na equidade e com seus discípulos ensinados a viver uma vida de simplicidade. Afinal, um modo de vida tão simples assim não

combinava com a opulência da nova ordem social que tinha como pano de fundo o capital, servindo bem a nova ordem social no contexto europeu. Assim, o cristianismo vigente nos dias de Weber (1904/5), praticado dentro da perspectiva puritana, não comportava a pobreza nem tão pouco o ócio, e assim serviria para justificar o capitalismo.

Nesse sentido, a pobreza não poderia ser bem vinda, uma vez que, na perspectiva dos ensinos puritanos “o bem estar financeiro era sinônimo da graça divina”. Quanto ao trabalho, este não era visto como uma característica fundante no ser humano, conforme preconizado na perspectiva marxista, mas sim como um meio para se chegar a um fim. Uma vocação religiosa para o trabalho sem descanso com vistas a obtenção da riqueza por meio do lucro, seria a comprovação mais autêntica da fé de um cristão nos moldes puritanos. De acordo com o autor, nessa na forma de perspectiva do trabalho vigente naquela organização social puritana, estaria a mola propulsora mais eficaz para aquilo que ele denomina de “espírito do capitalismo”, conforme a seguir:

Eis, porém algo ainda mais importante: a valorização religiosa do trabalho profissional mundano, sem descanso, continuado, sistemático, como o meio ascético simplesmente supremo e a um só tempo comprovação o mais segura e visível da regeneração de um ser humano e da autenticidade de sua fé, tinha que ser, no fim das contas, a alavanca mais poderosa que se pode imaginar da expansão dessa concepção de vida que aqui temos chamado de “espírito” do capitalismo (WEBER, 2004, p. 156-157).

1710

Assim, trabalho e religião, são usados pelos ascetas- (puros, ou irrepreensíveis), como uma nova ordem religiosa denominados de “puritanos”, para apoiar uma nova concepção de sociedade. Nesse sentido, de acordo com o autor, seria possível encontrar apoio inclusive na teologia paulina para embasar essa nova forma de modular o mundo do trabalho;

Mas, a coisa mais importante é que, acima de tudo, o trabalho veio a ser considerado em si, como a própria finalidade da vida, ordenada por Deus. Nas palavras de S. Paulo, “quem não trabalha não deve comer valem incondicionalmente para todos.” A falta de vontade de trabalhar é sintoma da falta de graça.” (WEBER, 2005, p. 75).

Com base nesse viés teológico, o capitalismo adquire com os ascetas o ingrediente que faltava para prosperar na Europa: dar ao trabalho esse elemento místico, e assim temos uma nova religião como “ópio do povo” descaracterizando o trabalho, relegando-o a condição de um trabalho alienado (MARX, 2005, p. 105). Com isso, havia agora uma massa trabalhadora que concebe o trabalho

como uma vocação que glorificava a Deus, dessa forma o capitalismo tinha agora as bases para uma nova ordem econômica:

Surgiu uma ética econômica especificamente burguesa. Com a consciência de estar na plenitude da graça de Deus e visivelmente por Ele abençoado, o empreendedor burguês, desde que permanecesse dentro dos limites da correção formal, que sua conduta moral estivesse intacta e que não fosse questionável o uso que fazia da riqueza, poderia perseguir seus interesses pecuniários o quanto quisesse, e sentir que estava cumprindo um dever com isso. Além disso, o poder do ascetismo religioso punha-lhe à disposição trabalhadores sóbrios, conscienciosos e extraordinariamente ativos, que se agarravam ao seu trabalho como a um propósito de vida desejado por Deus (WEBER, 2005, p. 84).

Partindo dessas constatações, é possível encontrar traços dessa resignação no contexto educacional brasileiro na atualidade. Isso pode ser visto, por meio das narrativas sobre um trabalho docente, que é visto como uma vocação, a despeito do sofrimento imposto a esse proletariado.

A HERMENÊUTICA DOS ASCETAS E SUA INTENCIONALIDADE

Se voltarmos um pouco na história é possível encontrar no contexto brasileiro, em algumas configurações religiosas a bíblia sendo usada, a partir de uma hermenêutica precária, porém não desprovida de intencionalidade e de forma conveniente, para legitimar interesses de líderes déspotas e capitalistas, seja no contexto do trabalho, na política ou das formas mais variadas, visto que com a bíblia se prova o que se quer. Por conseguinte, ao longo da história muitos já se serviram de textos isolados desse livro a fim de manipular pessoas desprovidas de um senso crítico.

É válido destacar que, na introdução o autor faz uma abordagem sobre as diversas transformações ocorridas no mundo do trabalho e como o ocidente se destaca pelo fato de inventar uma nova forma de capitalismo que tem como característica principal, “o lucro”: “O capitalismo, porém identifica-se com a busca do lucro, do lucro sempre renovado por meio da empresa permanente, capitalista e racional” (WEBER, 1905/05, p. 05). Vê-se, portanto, que se trata de um lucro contínuo, e que ocorra de forma racional, e não irracional. Ainda que pra isso seja necessário se utilizar de elementos da religião, manipulando a fé dos incautos.

Ou seja, o explorado sabe o que está fazendo, de forma consciente e de boa vontade se deixa explorar por meio do trabalho. “Modernamente, porém, o

Ocidente desenvolveu, além desse, uma forma muito diferente de capitalismo, que nunca havia aparecido antes: a organização capitalista racional do trabalho livre (pelo menos formalmente)” (WEBER, 1904/05, p. 07).

O MÉTODO COMPREENSIVO

As lentes do autor, enquanto sociólogo, estão direcionadas no capítulo 05 desta obra para compreender o ascetismo e o espírito do capitalismo. E, utilizando a teoria da ação social, e fato social ou fato puro, como categorias do método compreensivo, o autor faz uma análise sobre o ascetismo e o espírito do capitalismo. Nesse sentido, a tipologia da ação social seria fundamental para a compreensão do tipo da ação que estava em questão: Tipologia da Ação Social: Classificação e explicação dos tipos de ação social propostos por Weber: Tradicional, (motivada por costumes e hábitos); Afetiva, (motivada por sentimentos e emoções). E, Racional, relativo a valores (motivada por princípios); sendo esta racional relativa a determinados fins e, (motivada por objetivos).

Nesse sentido, o autor apresenta uma abordagem destacando: Tipo Ideal e Racionalização, para explicar o conjunto de ações individuais como, sendo, (Ações Sociais), são motivadas pelas dimensões: tradicional, emocional ou afetiva, e racional. Destacando esta última, em seus desdobramentos a fim para explicar o tipo ideal e o processo de racionalização.

Para além disso, o fato puro, seria relevante no sentido de desvelar a realidade envolta no objeto analisado, nesse caso o espírito ou a essência do capitalismo, e partindo dessa categoria de análise, compreender, qual o objetivo e a motivação da ação social envolta no fenômeno.

Ao revisitar a história é possível encontrar o conceito de “vocação”, usado na perspectiva da religião para justificar o indivíduo que se sentia escolhido para um determinado ofício. A seguir, temos a figura da mãe, como aquela que recebeu um dom, ou uma vocação, e finalmente temos a transposição do mesmo conceito para o mundo do trabalho. Assim, o trabalhador expropriado por ser vocacionado, deve sofrer de forma resignada para cumprir a sua missão. Essa é a intencionalidade oculta nessa ideologia, e na esteira desse processo no contexto brasileiro temos o magistério:

Chegamos, enfim, ao suporte ideológico da feminização docente: na representação dos homens da época, a mulher é naturalmente portadora das qualidades que se deseja reproduzir em cada cidadão-

trabalhador, o que foi fundamental para a sua projeção nos séculos XIX, enquanto mãe e professora. O argumento discursivo que a legitima como professora não é, portanto, o elemento intelectual, mas seus “instintos” maternos, que são sinônimos de fé, sensibilidade, devotamento, abnegação; enfim a maternidade é coração e sentimento. A imagem sacralizada da mãe transpõe-se para a professora. Nos discursos da época repete-se exaustivamente esta relação, enquanto na prática, o magistério vai, gradativamente, adquirindo feições femininas (SFORNI, 1997, p. 752).

Nesse sentido, ser professora no Brasil ainda é uma produção social carregada desse sentimentalismo, que por vezes se confunde com o papel social de mãe ou tia. Dessa forma essa trabalhadora, não se insurgirá porque a emoção se sobrepõe a razão.

Quadro 1: Categoria Vocação

Fonte: Elaborado pelo autor.

O quadro apresentado, onde se verifica a categoria “vocação”, usada frequentemente pelo autor nesse capítulo analisado, consta igualmente nele,

CATEGOGRIA	UMA PROFESSORA QUE SE SENTE VOCACIONADA	A DISTINÇÃO ENTRE A VOCAÇÃO PARA O EPISCOPADO E OUTRA PARA O TRABALHO	A ESSÊNCIA DO CAPITALISMO
“VOCAÇÃO” “A ênfase da significação ascética de uma vocação fixa forneceu uma justificativa ética para a modera divisão do trabalho em especialidades”. (WEBER, 1904/5, p. 77).	Quanto ao interesse pelo trabalho docente, de acordo ela: “Desde cedo percebi essa vocação, ao completar dezoito anos, comecei a dar aulas, depois me graduei em pedagogia” (Professora 02). É possível perceber a “vocação” despontando no início dessa carreira profissional como um fator decisivo para a escolha.	Diferente daquele que ficava em estado de meditação em um mosteiro, o asceta deveria ter uma vocação racional. “Mesmo uma mudança de vocação não é de modo algum tida como censurável, desde que refletida e feita com o propósito de seguir uma vocação mais agradável a Deus,” o que significa, de acordo com os princípios gerais, mais proveitosa”. (WEBER, 1904/5, p. 76).	A economia capitalista moderna é um imenso cosmos no qual o indivíduo nasce, e que se lhe afigura, ao menos como indivíduo, como uma ordem de coisas inalterável, na qual ele tem de viver. Ela força o indivíduo, à medida que esse esteja envolvido no sistema de relações de mercado, a se conformar às regras de comportamento capitalistas. (WEBER 1964-1920. p. 32)

fragmento do discurso de uma professora que atuando no trabalho docente em uma escola pública de Vitória da Conquista, durante a entrevista, me traz a “vocação” como ponto de partida para ingressar no trabalho docente.

A seguir, apresentamos uma análise sobre o que está envolto no conceito de vocação para o trabalho entre os ascetas, partindo das formulações feitas pelo autor para em seguida fazer deslocamento do contexto europeu para pensar sobre o atravessamento desse conceito, no contexto brasileiro e em especial em relação ao trabalho docente.

Inferimos aqui, que sem a devida compreensão da historicidade do trabalho docente que esteve em seus primórdios, vinculado ao contexto religioso, podemos não perceber para que realidade esse fragmento que emergiu na fala dessa professora que se sente vocacionada para o magistério, aponta. Assim, apresentamos o quadro, linkando com a perspectiva weberiana sobre a vocação para o trabalho como uma vocação divina:

Esse dado apresentado pela entrevistada traz a questão da vocação como elemento predominante, como fator essencial. Partindo desse dado importante nessa pesquisa, inferimos que ainda existem traços da vocação como um critério importante na cultura brasileira, especialmente no momento de escolher uma profissão. Isso, historicamente, sempre serviu bem ao sistema capitalista que busca trabalhadores que amem a profissão, porque se sentem vocacionados e por isso mesmo não se imaginam insurgindo-se contra os seus gestores.

A concepção de magistério como vocação/sacerdócio foi construída por razões político-religiosas conservadoras e autoritários [...] a origem dessa concepção pode ser buscada no século XVI, quando se abriram escolas elementares para as camadas populares. Esta abertura visava fundamentalmente à leitura dos textos religiosos e, com isso, à manutenção da influência que a igreja exercia sobre os intelectuais e grande massa da população (HYPÓLITO, 1997, p. 18).

Conforme vemos, essa ideia da vocação está relacionada à religião, uma vez que no Brasil Colônia as escolas estavam atreladas ao contexto da igreja. O homem de fé, portanto, era aquele vocacionado para uma missão. Sendo assim, o magistério, enquanto trabalho, também necessitava de pessoas que tivessem vocação. Nesse sentido, destaca-se que, embora os critérios para a escolha de uma profissão ao longo do tempo estejam mudando, ainda é possível encontrar pessoas que escolheram uma profissão por se sentirem vocacionados.

Com isso, a igreja não estava controlando não apenas as questões relacionadas à fé, mas também mantendo a hegemonia em relação à educação. Em uma segunda análise, é possível considerar que a ideologia do vocacionado para determinado ofício se inscreve dentro de um contexto religioso, mas que remonta ao(à) professor(a) como alguém que deve ter também uma natureza altruísta e, por conseguinte, servir a sociedade. Nesse contexto, inferimos que essa ideia da vocação foi introjetada na cultura brasileira, tornando-se parte do imaginário coletivo.

Por mais que tentemos apagar esse traço vocacional, de serviço e de ideal, a figura de professor, como aquele que professa uma arte, uma técnica ou ciência, um conhecimento, continuará colada à ideia de profecia, professar ou abraçar doutrinas, modos de vida, ideais, amor, dedicação. Professar como um modo de ser. Vocação, profissão, nos situa em campos semânticos tão próximos das representações sociais em que foram configurados culturalmente. São difíceis de apagar no imaginário social e pessoal sobre o ser professor, educador, docente (ARROYO, 2000, p. 33).

Como parte dessa ideologia, corrobora o fato de que ao revisitar a história é possível encontrar a educação religiosa sendo usada, em determinados momentos, como mecanismo de controle. Esse tipo de alienação religiosa servia bem aos interesses do capital, a teoria social em Marx, (2010); “a religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração, assim como o espírito de estados de coisas embrutecidos. Ela é o ópio do povo” (MARX, 2010, p. 145). Esse efeito entorpecedor, não permitia ao trabalhador se perceber expropriado.

Partindo das premissas do seu método compreensivo o autor conclui que, no ascetismo puritano é possível encontrar a justificação do espírito do capitalismo, nesse sentido, há uma estreita ligação entre o ensino religioso e essa “vocação” estabelecida, de forma a abandonar a atividade econômica como simples suprimimento das necessidades básicas de cada indivíduo.

Há, portanto, um caráter transcendental na atividade capitalista produtiva. Uma racionalidade a uma atividade aparentemente irracional – a de acumular riqueza além do necessário. Esse elemento irracional o autor classifica como a “vocação” que habita o capitalismo. Weber, (1904/5). Entretanto surge uma questão, proposta pelo autor:

Se, pois, formularmos a pergunta por que devemos fazer dinheiro às custas dos homens, o próprio Benjamin Franklin, embora não fosse um

deísta convicto, responde em sua autobiografia com uma citação da Bíblia que lhe fora inculcada pelo pai, rígido calvinista, em sua juventude: “Vês um homem diligente em seus afazeres? Ele estará acima dos reis” (Provérbios 22; 29) (WEBER, 1904/5, p. 21).

Esse enriquecimento de uns as custas do sofrimento de outros, estava legitimado, e agora partindo de um pressuposto bíblico para ampara-lo. Dessa forma, o capitalismo contava agora com um elemento que poderia ser mais valioso que aquele que encontramos na crítica da economia política na teoria marxista com sua indignação quanto a expropriação dos trabalhadores da indústria, explicitada na frase: Têm um mundo a conquistar. “Trabalhadores de todo o mundo, uni-vos!” (MARX; ENGELS, 1998, p. 41). O capital agora poderia se utilizar da fé como um ingrediente valioso no sentido de retroalimentar o capital. Mas essa mesma ética que despertava interesse entre o povo, fazia surgir críticas de outros teólogos, como Wesley que afirmou:

Temo que, sempre que aumentam os ricos, a essência da religião decresça na mesma proporção. Por isso, dada a natureza das coisas, não vejo como seja possível, que se mantenha o ressurgimento da verdadeira religião. Pois a religião deve necessariamente produzir tanto a operosidade c na frugalidade, e isso não pode produzir senão riqueza. Mas aumentando os ricos, aumenta também o orgulho, a cólera e o mor ao inundo e todos seus aspectos. (WEBER, 1905, p. 83).

1716

Assim, partindo dessas proposições temos como síntese desse capítulo algumas considerações que são dignas de nota, partindo da concepção weberiana sobre ascetismo e capitalismo, conforme seguem. Após uma leitura criteriosa sobre esse capítulo, é possível inferir sobre a existência de uma relação entre ascetismo e capitalismo, e esta ocorreu a medida que a religião esteve a serviço do capital, pois embora os puritanos quisessem trabalhar no âmbito da vocação, não ficou relegado aos mosteiros, tornando-se a religião dos privilegiados.

Ao falar sobre filiação religiosa e estratificação social, o autor lembra que as bases econômicas de uma pessoa naquele período estavam vinculadas diretamente ao tipo de filiação religiosa, nesse sentido, é possível dizer que havia uma religião formada de pessoas com padrões econômicos elevados conforme a seguir:

É bem verdade que a maior participação relativa dos Protestantes na propriedade do capital, na direção e nas esferas mais altas das modernas empresas comerciais e industriais pode em parte ser

explicada pelas circunstâncias históricas oriundas de um passado distante, nas quais a filiação religiosa não poderia ser apontada como causa de condição econômica, mas até certo ponto parece ser resultado daquela (WEBER, 1904/05, p. 12).

Partindo dessa perspectiva, o trabalho surge no espectro do puritanismo, como algo que glorificava a Deus. Naquele tempo as forças religiosas que se expressavam por esses canais eram igualmente influências decisivas na formação do caráter nacional. Entretanto o autor destaca dois aspectos distintos entre o asceta do monastério, na perspectiva luterana, e o asceta puritano na esfera calvinista conforme o autor destaca:

Para o primeiro: A riqueza em si constitui grande perigo; suas tentações não têm fim, e sua busca não é o asceta do puritanismo também por sua vocação para o trabalho: apenas sem sentido, se comparada com a importância superior do Reino de Deus, mas também moralmente suspeita. (WEBER, 1905, p. 74). Já para o segundo, segundo o autor, esta vocação não é, como para os luteranos, – um destino ao qual deva se submeter e sair se o melhor possível, mas um mandamento de Deus ao indivíduo para que trabalhe para a glória divina. (WEBER, 1905, p. 75). Por conseguinte, na esteira desse processo temos o trabalho.

1717

Embora, a obra apresente um relato sucinto de outros ramos do protestantismo da época, como Quaker, (amigos), que era composto de vários grupos religiosos, com origem comum num movimento protestante britânico do século XVII. Além dos Menonitas, com esse nome derivado de Menno Simons, pastor holandês, precursor dos Batistas, dos Menonitas e dos irmãos Menonitas. Esses menonitas, formavam assim um movimento do cristianismo evangélico que descendia diretamente do movimento anabatista que surgiu na Europa no século XVI, na mesma época da Reforma Protestante.

Finalmente, o autor nos informa que as pessoas eram dissuadidas a segui-los, conforme ele destaca: “Pois quando o ascetismo foi levado para fora das celas monásticas e introduzido na vida quotidiana e começou a dominar a moralidade laica, desempenhou seu papel na construção da tremenda harmonia da moderna ordem econômica”. (WEBER, 1905, p.86). Nesse sentido, o autor traz uma crítica feita por Wesley sobre essa nova configuração religiosa que era disseminada na Europa e como ela alterava a essência da religião.

Temo que, sempre que aumentam os ricos, a essência da religião decresça na mesma proporção. Por isso, dada a natureza das coisas, não vejo como seja possível, que se mantenha o ressurgimento da verdadeira religião. Pois a religião deve necessariamente produzir tanto a operosidade c na frugalidade, e isso não pode produzir senão riqueza. Mas aumentando os ricos, aumenta também o orgulho, a cólera e o mor ao inundo e todos seus aspectos.

Isso, nos soa familiar à medida que é possível perceber no contexto brasileiro uma pseudo religião sendo usada como mecanismo de manobra para o enriquecimento de líderes religiosos nos últimos anos, sendo legitimada a partir de uma hermenêutica bíblica conveniente, tema que introduzimos aqui, mas será objeto de uma análise pormenorizada em um texto posterior a esse.

Ao chegar até aqui concluímos que, para o autor, partindo do seu método compreensivo, a realidade envolta no conceito de trabalho como uma vocação divina, era na verdade o enriquecimento do empreendedor burguês que tinha a sua disposição mão de obra motivada pela fé, e assim ele conclui que:

Surgiu uma ética econômica especificamente burguesa. Com a consciência de estar na plenitude da graça de Deus e visivelmente por Ele abençoado, o empreendedor burguês, desde que permanecesse dentro dos limites da correção formal, que sua conduta moral estivesse intacta e que não fosse questionável o uso que fazia da riqueza, poderia perseguir seus interesses pecuniários o quanto quisesse, e sentir que estava cumprindo um dever com isso. Além disso, o poder do ascetismo religioso punha lhe à disposição trabalhadores sóbrios, conscienciosos e extraordinariamente ativos, que se agarravam ao seu trabalho como a um propósito de vida desejado por Deus (WEBER, 1904/5, p. 84).

1718

E assim, por toda riqueza de dados históricos, e uma capacidade analítica coerente, e ainda a contemporaneidade da obra em relação ao conceito de “vocação” atrelado ao mundo do trabalho, e o discurso da vocação que é escolhida pelo critério da “vocação” como algo que está presente inclusive no trabalho docente, conforme a pesquisa indicou, esse livro se constitui em um artefato valioso para uma crítica do capital nas suas diversas formas de capitalismo.

REFERÊNCIAS

LAFARGUE, Paul. **A religião do Capital**. Editora 100/Cabeças. Rio de Janeiro, 2022.

MARX, Karl Heinrich. **Manuscritos econômicos filosóficos**. Boitempo. São Paulo, 2004.

OLIVEIRA, Albéris Eron Flávio de. & NATHANIEL, Walthorne: **O puritanismo e a hipótese do eros em a letra escarlate** (1850). / Albéris Eron Flávio de Oliveira. -- Natal (RN): IFRN 2016. 123 p.

SFORNI, Marta Sueli de Faria. **Escola Pública e Feminização Docente: faces do mesmo projeto**. In: Anais do IV Seminário Nacional HISTEDBR - Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil", Faculdade de Educação – UNICAMP, Campinas, de 14 a 19 de dezembro de 1997.

SOUZA, Davi Amancio de. **As contradições do trabalho docente: uma análise sobre a escola do MST e o desafio da contra-hegemonia**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2023.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Companhia das Letras, Antônio Flávio Pierucci. — São Paulo: 2004.

WEBER, Max. **“Die Protestantische Ethik Und Der Geits des Kapitalismus”**. In: Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik. – Tübingen, 1904/5. Vols.: XX e XXI. 1864-1920.

Autor 1:



Davi Amancio de Souza

Possui graduação em Teologia pela Faculdade Batista Brasileira, bem como graduação em Psicologia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. Atualmente é servidor público da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação.

Email: daviamancio95@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9890248672287826>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7439-2893>

Autora 2:



Arlete Ramos dos Santos

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2002), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2010) e doutorado em educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2013). Professora Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia no Departamento de Ciências Humanas, Educação e Linguagem (DCHEL). Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGE/Uesb) e da Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Email: arlete.ramos@uesb.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3007333595055044>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0217-3805>